

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

A Secretária de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos da competência delegada pela PORTARIA Nº 43.322 de 03 de fevereiro de 2025, conforme preceitua o art. 136 da Lei nº 14.133/21 e para atender as necessidades de fiscalização dos contratos com a Administração, realiza-se o presente TERMO DE APOSTILAMENTO, cujo objeto é a designação do gestor e dos fiscais do CONTRATO nº 12/2024-MPC/PA, conforme quadro abaixo:

FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA
GESTOR	JOSÉ CLAUDIO COUTO SALGADO	0100297
FISCAL TITULAR	JÂNIO CARLOS MARTINS CARDOSO	0961345
FISCAL SUBSTITUTO	LÚCIA HELENA LIMA COSTA	0102061

Belém, 04 de março de 2026.
 Maria de Lourdes Carneiro Lobato
 Secretária de Administração

Protocolo: 1299038

DIÁRIA

PORTARIA Nº 45.306, DE 04 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a Resolução nº 19.670/2024; CONSIDERANDO o Memorando nº 06/2026-GCRL, protocolizado sob o Expediente nº 002072/2026.

R E S O L V E:

DESIGNAR a Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES, matrícula nº 0101359, para participar no evento "VII Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra Corrupção", concedendo-lhe 07 (sete) diárias e ½ (meia), no período de 28-02 a 07-03-2026.

FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO
 Presidente

Protocolo: 1299164

PORTARIA Nº 45.312, DE 04 DE MARÇO DE 2026.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA Nº 43.525/2025, CONSIDERANDO a Resolução nº 19.670/2024; CONSIDERANDO o Expediente nº 001495/2026.

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora CYNTHIA BORGES ALEXANDRINO, Auditor de Controle Externo, matrícula nº 0101090, para participar na solenidade de posse da nova diretoria da AUDICON, em Brasília-DF, concedendo-lhe 1 (uma) diária e ½ (meia), no período de 24 e 26-02-2026.

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO
 Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1299156

PORTARIA Nº 45.452, DE 03 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a Resolução nº 19.670/2024; CONSIDERANDO o Memorando nº 003/2025-ACRI, protocolizado sob o Expediente nº 003545/2026.

R E S O L V E:

DESIGNAR o Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR, matrícula nº 0100673, para participar no evento "VII Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra Corrupção", concedendo-lhe 07 (sete) diárias e ½ (meia), no período de 28-02 a 07-03-2026.

FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO
 Presidente

Protocolo: 1298903

OUTRAS MATÉRIAS

Instrumento Substitutivo de Contrato

Nota de Empenho da Despesa: 2026.020101NE000294

Data de Emissão: 06/02/2026

Evento: 400091

UO: 02101

Programa de Trabalho: 01.122.1529.6267

Fonte: 01500.000001

Natureza de Despesa: 339030

Origem: SRP – Pregão Eletrônico nº 11/2025 – ARP nº 08/2025.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza decorrente da ata de registro de preços nas quantidades identificadas a fim de atender a reposição de estoque.

Valor: R\$ 12.325,00 (doze mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Contratada: Irmãos Anjos LTDA. CNPJ: 01.552.709/0001-62.

Endereço: TV. Mauriti nº. 734, Bairro: Pedreira, CEP: 66083-000, Belém – PA.

Ordenador: Fernando de Castro Ribeiro - Presidente do TCE-PA.

Protocolo: 1298911

Instrumento Substitutivo de Contrato

Nota de Empenho da Despesa: 2026.020101NE000293

Data de Emissão: 06/02/2026

Evento: 400091

UO: 02101

Programa de Trabalho: 01.122.1529.6267

Fonte: 01500.000001

Natureza de Despesa: 339030

Origem: SRP – Pregão Eletrônico nº 15/2025 – ARP nº 09/2025.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza decorrente da ata de registro de preços nas quantidades identificadas a fim de atender a reposição de estoque.

Valor: R\$ 9.142,00 (nove mil e cento e quarenta e dois reais).

Contratada: Marcelo França Veloso – ME (VINVEST COMÉRCIO), CNPJ: 37.926.919/0001-10.

Endereço: Rua Tabajara, QD. 146, Nº 52, CEP: 67145-063, Ananindeua – PA.

Ordenador: Fernando de Castro Ribeiro - Presidente do TCE-PA.

Protocolo: 1298910

Instrumento Substitutivo de Contrato

Nota de Empenho da Despesa: 2026.020101NE000442

Data de Emissão: 27/02/2026

Evento: 400091

UO: 02101

Programa de Trabalho: 01.122.1529.6267

Fonte: 01500.000001

Natureza de Despesa: 339030

Origem: SRP – Pregão Eletrônico nº 11/2025 – ARP nº 08/2025.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de tapete decorativo – tipo 1 e arranjo de impacto.

Valor: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais).

Contratada: Agencia de Comunicação Integra LTDA. CNPJ: 17.963.709/0001-95.

Endereço: R Altino Serbeto de Barros, 173 - Salvador/BA. CEP: 41830-909.

Ordenador: Fernando de Castro Ribeiro - Presidente do TCE-PA.

Protocolo: 1298848

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

EXTRATO DE PORTARIA Nº 0013/2026-MP/CGMP, DE 04 DE MARÇO DE 2026.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 30 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06/07/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO o poder dever da Administração Pública de apurar as supostas faltas cometidas por seus integrantes; CONSIDERANDO o disposto no art. 17, V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 37, V, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará). R E S O L V E: Instaurar Procedimento Disciplinar Preliminar (PDP), em caráter de sindicância, em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Pará, pelos fatos constantes dos autos do SAJ nº 10.2026.00000293-0. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 04 de março de 2026. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
 Procurador de Justiça/Corregedor-Geral do Ministério Público/PA

Protocolo: 1299097

Republicada por alteração na original publicada no D.O.E. de 02 de março de 2026.

PORTARIA Nº 0011/2026-MP/CGMP.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006, e pelo art. 11, III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público (Provimento nº 1, de 8 de agosto de 2024) e, CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público – art. 17, caput, da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput, da Lei Complementar nº 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006; CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei nº 8.625/1993 e 37, II e XII da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, c/c o artigo 3º, §2º da Resolução CNMP nº 149, de 26 de julho de 2016, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar correções e inspeções como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos Membros do Ministério Público; CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 164, §3º da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, as inspeções e correções dos serviços afetos aos Promotores de Justiça são pessoalmente realizadas pelo Corregedor-Geral, ou, por delegação expressa deste, por um dos Sub-corregedores-Gerais ou por um dos Promotores de Justiça Assessores da Corregedoria-Geral; CONSIDERANDO que a Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correções e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências;